



Anais da Assembléia

Nº 41

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE MAIO DE 1.981.

ANO VII

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA ATA DA 37.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 1.981 TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Palácios e Mário Celso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

- O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.
O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do PDS, indico em substituição ao nobre Deputado Renato Loures Bueno, nas diversas Comissões Técnicas os seguintes Deputados:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Membro Titular - Deputado Werner Wanderer

Membro Suplente - Deputado José Domingos

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Membro Suplente - Jurandir Messias

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
Membro Titular - Deputado Gabriel Sampaio
Membro Suplente - David Cheriegate

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
Membro Suplente - Deputado Aguinaldo Pereira Lima.
Sala das Sessões, em 5 de maio de 1.981.
(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTOS:

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se coloque o Projeto de Lei n.º 20/80, que concede Título de Cidadão Honorário ao Excelentíssimo Senhor Cardeal D. PAULO EVARISTO ARNS, em "REGIME DE URGÊNCIA", para votação.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1.981.

(a) DARCY DEITOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei de minha autoria n.º 73/80, que visa denominar Prefeito Moacir Correa, a Rodovia PR- 517, trecho que liga Andirá à Cidade de Itambaracá.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1.981.

(a) PALÁCIOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 30/81, que introduz modificações no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado. (Lei n.º 7.297/81).

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1.981.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Angelina Capriglione, ocorrido no dia de ontem, nesta Capital.

Membro de tradicional família paranaense, a extinta desaparece aos 91 anos de idade.

REQUER, outrossim, seja dada ciência deste requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1.981.

(a) ADALBERTO DAROS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. CÂNDIDO MARTINS ASSIS.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1.981.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se prende ao fato de que, o Sr. Cândido Martins Assis foi um dos pioneiros da fundação de Ribeirão do Pinhal.

Com o seu falecimento, Ribeirão do Pinhal, perde um batalhador, homem honesto e dedicado à família, mas o seu trabalho de pioneirismo mesmo com sua ausência terá continuidade com seus filhos, que de ora em diante assumem a

direção de suas atividades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. PEDRO FIOR, ocorrido no dia 03 do corrente em Campo Largo.

Requer ainda, seja dada ciência da decisão da Casa à família enlutada na pessoa do Sr. Ricardo Campagnaro.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1981.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado em Ata, votos de congratulações pela passagem do 155º aniversário da cidade de Jaguariaíva, e requeiro, finalmente, sejam comunicadas as autoridades daquele município.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1981.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de gozo de suas atribuições regimentais, REQUER que a Secretaria de Transportes por intermédio do Departamento Aeroportuário, proceda urgente instalação de um telefone no Aeroporto de Umuarama, neste Estado.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1981.

(a) ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

O Aeroporto de Umuarama vem prestando relevantes serviços a toda a região.

Tendo reconhecido sua premente necessidade, a Prefeitura local havia instalado no mesmo telefone, de uso público.

Mas, sem uma razão maior, eis que o aparelho veio de ser inopinadamente retirado, com grave dano aos interesses da coletividade.

Prova disto ocorreu recentemente: desembarcara, há poucos dias naquele aeroporto, uma senhora gravemente enferma, cuja remoção para o hospital carecia de ambulância. Como o telefone tinha sido retirado, não foi possível chamar-se a ambulância, e a enferma veio a falecer, sem socorro médico. Como a Secretaria dos Transportes dispõe do Departamento Aeroportuário e tem condições suficientes, portanto, de instalar novo aparelho no Aeroporto de Umuarama, a fim de que não se repitam fatos lamentáveis e dolorosos como o ora relatado.

É claro que se tornará necessário o disciplinamento do uso do telefone, para que não ocorram abusos, mas isto é da economia interna da referida Secretaria de Estado.

Diante do elevado objetivo que nos move, e sendo a matéria constitucional, temos certeza da aprovação unânime deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

A Presidência registra com satisfação a presença, em nosso Plenário, do Sr. Manoelito Rodrigues, Vereador do Município de Jaguariaíva.

Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encontram-se em visita a esta Casa, um contingente expressivo da classe de médicos residentes de nosso Estado. Tive a satisfação de receber, ontem, em minha residência, alguns representantes desta classe laboriosa e por um desencontro antes do início desta sessão, de vez que tínhamos combinado conversar em torno das 13:30 horas de hoje, não pude colher mais subsídios a respeito das reivindicações que a classe faz, mas me proponho, nesta oportunidade, através dos subsídios que consegui de relatórios que me foram entregues, dizer, ou melhor, fazer algumas considerações a respeito desta classe e por fim encaminhar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, um requerimento que em seguida será lido.

Tenho conhecimento da boa vontade e do bom propósito de Vossa Excelência, Sr. Presidente, de designar alguns médicos, Deputados e outros ilustres membros desta Casa, para que mantenham contato com os médicos residentes que aqui se encontram.

Sr. Presidente, numa síntese, queria dizer e não poderia deixar de fazê-lo, que a figura do médico residente existe há 35 anos no Brasil, e sempre objetivou a formação de especialistas e abrir caminho para a docência universitária.

As transformações nesses últimos anos que vêm sofrendo todas as categorias profissionais, como não poderia deixar de ser, atingiram esta nova e laboriosa classe, só exigindo deveres em péssimas condições de trabalho, sem reciprocidade alguma para os seus direitos inalienáveis, tais como o aperfeiçoamento da residência médica.

O médico-residente é explorado justamente na fase mais importante de sua vida profissional, em que pese as marchas e contramarchas, algumas coerentes, outras totalmente inconciliáveis neste sentido, por parte de órgãos do Governo de dar solução adequada às suas legítimas reivindicações.

Por este motivo, encaminho a Vossa Excelência o seguinte requerimento. (Lê)
“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja endereçado aos Senadores Afonso Camargo Netto, José Richa e Leite Chaves, e ainda à bancada do Paraná na Câmara Federal, um apelo no sentido de serem atendidas as reivindicações formuladas pela Associação Nacional de Médicos-Residentes, sobretudo no que diz respeito à regulamentação didática adequada e o respeito à Consolidação das Leis do Trabalho, relativamente à residência médica, consubstanciadas no substitutivo de autoria da mencionada Entidade, que se encontra em fase de apreciação pelo Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1981”.

Gostaria, é claro, Sr. Presidente, talvez não seja do conhecimento desta laboriosa classe, gostaria de me estender até uma hora ou mais abordando as dificuldades pelos quais passa a classe dos médicos-residentes, mas só disponho de cinco minutos, razão pela qual me limito ao que acabei de dizer.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Encontram-se nas galerias da Assembléia Legislativa do Paraná, quase uma centena de médicos residentes da nossa Capital e que desejam expor aos Srs. Deputados, porta-vozes legítimos das aspirações populares, as suas reivindicações.

Esta Presidência solicitaria dos nobres Líderes de Bancada, que indicassem um membro de cada Bancada a fim de que pudessem, no andar térreo deste edifício, ouvir e sentir mais de perto as reivindicações dos médicos-residentes aqui presentes, a fim de que possam avaliar aquilo que eles desejam e verificar das possibilidades que esta Casa tem para lutar em favor das suas reivindicações.

Dando prosseguimento ao Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Deputado Tadeu Lúcio Machado.
O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados. (Lê):

"Diversas foram as pessoas que nos procuraram ultimamente, solicitando que gestionássemos junto aos órgãos competentes, no sentido de que fosse restabelecida com urgência a utilização do trem de passageiros no percurso compreendido entre Curitiba - Ourinhos, no Estado de São Paulo.

Justa é a solicitação de nossos companheiros do interior, visto que atualmente o preço da passagem rodoviária é quase insuportável. Nós, Deputados, sentimos de perto o drama do preço da passagem rodoviária, visto que somos procurados todos os dias por inúmeras pessoas de nossa região solicitando passagem para regressar ao interior.

E, o aspecto mais importante de tal solicitação é o aspecto da economia de combustível, política essa desempenhada pelo Governo Federal, que vem solicitando através dos órgãos de comunicação e economia de petróleo.

Além do que já dissemos, além das vantagens que já descrevemos, o cidadão do interior tem reclamado constantemente da maneira como as empresas rodoviárias estão tratando seus passageiros sem um mínimo de educação e, além disso, os ônibus com capacidade para quarenta e oito passageiros têm trafegado com quase o dobro de sua capacidade, dando aos usuários das empresas rodoviárias um tratamento subumano e acima de tudo, desonesto.

A explicação para tal atitude dos empresários é facilmente explicável, pois não tendo o usuário outra opção de transporte, vê-se obrigado a enfrentar a situação sem poder reclamar, e o tratamento que eles recebem por parte de funcionários das empresas são como se os membros estivessem fazendo favor em atender aquelas que pagam pelos seus serviços.

Sendo assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que estamos encaminhando ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, requerimento no sentido de que o mesmo tome as providências necessárias e urgentes para a reativação do trem de passageiros que cobre o percurso compreendido entre nossa Capital até a cidade de Ourinhos, no Estado de São Paulo, servindo cerca de vinte municípios na região Norte do Estado, evitando desta forma uma série de complicações, cooperando para a economia de combustível, e acima de tudo, obrigando que o empresário de transportes rodoviários passe a tratar com mais distinção e respeito a sua fonte de lucro e garantia de sobrevivência de sua empresa, que é o usuário".

É o seguinte o teor do requerimento. (Lê):
"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Estado de Transportes, no sentido de que o mesmo promovesse a reativação do trem de passageiros que atende o percurso Curitiba - Ourinhos, no Estado de São Paulo, atendendo cerca de 20 municípios na região Norte do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1981".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Esta Presidência registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do jornalista Dr. Dionísio Neto, Diretor da "RC" Revista da Cidade de Arapongas.

Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Efetivamente, o problema da saúde do povo se constitui em um dos mais importantes, para que se alcance o bem-estar geral e se garanta a estabilidade da Nação. Por isto, toda a reivindicação apresentada pelos eminentes componentes da classe dos médicos, deve merecer uma análise muito especial por parte dos Legisladores, dos Parlamentares.

Assim, e devidamente autorizado pelo Líder de nossa Bancada, Deputado Erondy Silvério, queremos manifestar, em nome do Partido Democrático Social, todo o apoio a esta justa reivindicação dos médicos residentes de nossa Capital. A propósito, o Líder de nossa Bancada está encaminhando à mesa um requerimento que está vasado nos seguintes termos:

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, na qualidade de Líder e em nome da Bancada do Partido Democrático Social, REQUER seja encaminhado ao Senado Federal, apelo no sentido de ser acolhido, no projeto de lei que regulamenta a residência médica, o substitutivo patrocinado pela Associação Nacional de Médicos Residentes, porquanto o mesmo traduz o anseio geral da classe e se harmoniza perfeitamente com as finalidades didáticas e trabalhistas da medida em trâmite.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1981.

a) Erondy Silvério."

O segundo motivo que nos traz à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é comentar, com brevidade, sobre um novo alento para os municípios.

(Lê):

"Em apenas dois meses de atuação, a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, à qual passaram a ser vinculadas a FAMEPAR, a COHAPAR e a EMOPAR, já colocou em prática uma nova filosofia de atendimento aos municípios, trazendo alento e estímulo aos Prefeitos paranaenses.

Comandada pelo ex-Prefeito de Curitiba e ex-Secretário de Viação e Obras Públicas do Paraná, Saul Raiz, a SEDM traduz o interesse do Governador Ney Braga em dotar os municípios de condições de superar os sérios entraves ao seu desenvolvimento. Representa um instrumento para a execução de uma política municipalista, que, pela sua originalidade, está se consolidando como um modelo para outros Estados brasileiros.

Consciente de que não basta aguardar passivamente por transformações institucionais que determinem um melhor posicionamento financeiro e tributário do município dentro do sistema federativo brasileiro — meta que todos almejamos —, o Governador Ney Braga concluiu que o Estado deve ter um papel ativo nesse processo, oferecendo, a cada município, mecanismos de ação capazes de orientar o seu crescimento e evitar as distorções atualmente existentes.

A meta básica da nova Secretaria é multiplicar as oportunidades de ascensão social, cultural e econômica da população do interior, mediante uma série de ações que fixem o homem em sua origem, fazendo com que se iniba a tendência (natural, devido às circunstâncias) de procurar em centros maiores a oportunidade que não tem em sua localidade.

Não bastassem os preocupantes referenciais existentes em torno do problema, os números do último censo demográfico vieram demonstrar que essa nova política de fortalecimento do município não poderia surgir em hora mais oportuna. Rever o Paraná, que motivou a concentração demográfica na área rural, em busca de novas fronteiras agrícolas, a absorção de tecnologia agrícola sofisticada e outros fatores conjunturais acabaram empurrando para os centros urbanos cerca de 60% da população, 20% a mais do que o quadro demográfico urbano, dez anos atrás.

A agricultura já não responde com um percentual tão expressivo, como era antes, de ocupação de mão-de-obra e grandes contingentes de trabalhadores precisam de trabalho em sua origem.

A primeira etapa do funcionamento da SEDM consistiu exatamente na definição de projetos de obras urbanas mais urgentes que, por suas características, pudessem iniciar esse processo de absorção crescente de mão-de-obra. Não

resume à autorização de obras no interior, porém, a atividade da nova Secretaria, através da conjunção de esforços dos três organismos que a compõe estão sendo oferecidos aos Prefeitos, sem ônus para os municípios, serviços técnicos para orientação e acompanhamento das obras. O sistema funcionará com a mobilização de equipes que auxiliarão os Prefeitos em seus problemas técnicos e administrativos mais urgentes, verificando as etapas de execução e encaminhando soluções sem a necessidade de deslocamentos à Capital.

O estímulo dado pelo Governador Ney Braga aos municípios já resultou em realizações concretas no interior do Estado, abrindo caminho para uma nova e promissora etapa de desenvolvimento de todas as comunidades paranaenses."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Esta Presidência comunica aos Srs. médicos residentes, que se encontram no plenário deste Poder, que indica os Srs. Deputados Ezequias Losso, pelo PDS, Nelton Friedrich, pelo PMDB; e, Renato Bueno, pelo Partido Independente, para ouvirem suas reivindicações.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez esta Casa recebe a visita dos médicos residentes de Curitiba, que, junto aos colegas de Londrina, e de todo o País, encontram-se em greve nacional até o atendimento de suas reivindicações.

E a Liderança do PMDB tem a obrigação de, nesta tribuna e de público, registrar que, possuindo, como possuímos dois Senadores da República, e de termos já de maneira incisiva, solicitado a colaboração, a participação e a decisão desses dois Senadores, o encaminhamento dessas justíssimas reivindicações, não podemos nos esquecer que os grandes obstáculos que se enfrenta no Senado da República ou na Câmara Federal também são os grandes obstáculos que estamos vivendo em quase todas as Casas Legislativas, onde a maioria governista preside, na verdade, os trabalhos.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós precisamos exatamente é contar com o despreendimento, a força de pressão, a mobilização do povo brasileiro, como agora faz parcela deste povo, através dos médicos residentes, porque somente através desta pressão direta, talvez nós poderemos fazer com que a maioria do Congresso Nacional, composta, inclusive, pela bionidade, venha atender os interesses da maioria do povo brasileiro, neste País, onde o capital se sobrepõe a tudo, onde a Medicina se mercantiliza, onde a Medicina preventiva deveria ser primordial, se faz a curativa, e é neste País, onde temos os bóias-frias de diplomas, como são, hoje, em grande parte, os próprios professores, como temos os bóias-frias de branco, que são os médicos residentes, num País e num Estado que há milhões de bóias-frias e que temos, na verdade, a condição de trabalho subjugado a um plano extremamente secundário.

É por isso que viemos à tribuna.

Queremos e participamos dessa luta de mobilização, apoiando os requerimentos que aqui foram postos. Mas, precisamos entender, de uma vez por todas, que essa maioria silenciosa do Senado da República e da Câmara Federal, é que precisa se dobrar aos interesses do povo brasileiro, não aos interesses do Planalto, fazendo sempre aquilo que deseja o Governo Maior, aquilo que deseja o Executivo.

É só no instante em que aqueles que se dizem representantes do povo, efetivamente, entenderem os interesses do operário, do trabalhador, da dona de casa, do estudante, do médico residente, é que poderemos ter soluções.

Às vezes, não nos cabe ficar no vazio dos plenários, fazendo apologia e demonstrando boa vontade. E, na hora deci-

siva, na hora da decisão, vem um telefonema do Planalto, às vezes, vem um telefonema do Palácio Iguaçu, impedindo que as soluções populares, realmente possam perseguir a vontade do povo.

Faço isso até como um desabafo, Sr. Presidente, porque, esse povo, esses setores da sociedade brasileira não se cansam de ponderar, de reivindicar, mostrar e apontar os bons caminhos. No entanto, há dezessete anos o que vemos? O que vemos, na verdade, na prática, o trabalhador, quer queira seja aquele trabalhador menos habilitado, ou especializado, sendo subjugado, sendo amedrontado, sendo reprimido, vivendo sob a injustiça da força do capital preponderantemente sobre o trabalho.

O que dizer da Educação que implanta o regime de terror, neste País, perseguindo dentro de nossas universidades, agora são vítimas não mais do MEC, que não se incomoda em regulamentar, didaticamente a residência médica mas, também da absurda política de saúde deste regime que foi motivo, inclusive, de vários pronunciamentos de nosso Partido, durante o mês de março.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa o nobre Deputado que lhe resta apenas um minuto para concluir sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Concluo dizendo, Sr. Presidente, que temos certeza que estes, como tantos trabalhadores de nosso País, não utilizam essa arrojada forma de luta, da greve, da mobilização senão quando não é mais possível tentar em vão, o diálogo com aqueles que oprimem.

Poderíamos ler, aqui, o Manifesto: "Quem é o Médico Residente?", mas não o fazemos porque todos sabemos o que é o médico residente, todos sabemos dessa situação. Queremos, inclusive, dar este apoio claro, definitivo, aos requerimentos aqui postos.

Mas, deixamos aqui este nosso protesto claro, de quase estarmos cansados, neste País, de apresentarmos as reivindicações, de mostrarmos os caminhos. Estão aí as várias categorias sociais se mobilizando. E a impressão que se tem é que, nesta Pátria, nada se consegue, a não ser com o povo na rua, sob pressão popular direta.

Ora, a sensibilidade de nossos governantes precisa estar presente, aqui e agora, sob pena de transformarmos o País num caos, pela insensibilidade daqueles que nos dirigem.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Presidência acaba de receber comunicação do Líder do PDS, a indicação dos Vice-Líderes, Deputados Quielse Crisóstomo da Silva e Gabriel Sampaio.

Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo):

"O Manifesto dos Médicos Residentes apenas quero destacar dele, um tópico para que a Casa registre em seus Anais. Diz o Manifesto:

"Nossas atividades encerram um trabalho. Cumprimos horário, temos patrões, recebemos salários, e há, pessoalidade em nosso serviço; atualmente, não temos qualquer direito previdenciário para nos garantir e a nossos familiares. Por isso, reivindicamos o direito trabalhista".

Na verdade, Sr. Presidente, isto se constitui numa violência ao trabalho, porque nós não concebemos que se tenha o trabalho de alguém, como também no caso, os médicos residente, sem que se lhes dê uma garantia pelo serviço desempenhado.

Mas, Sr. Presidente, o que nos traz à tribuna hoje, é para dizer que pessoalmente e como a Nação inteira, estamos estarecidos com os últimos acontecimentos que atentaram contra a sociedade brasileira no Rio de Janeiro e aí está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o caminho para que, de uma vez por todas, definam as situações que têm causado traumatismo à Nação brasileira e que não saiam por aí aqueles responsáveis pela condução dos inquéritos, a deitar falas precipitadas, a fazer defesas precipitadas e nós temos assistido nesses últimos tempos a uma violência do poder público contra a sociedade.

Temos assistido os nossos militares da Polícia Militar do Estado praticarem barbarismos contra cidadãos e contra a sociedade.

Injustiça contra um, violência contra outro e injustiça contra todos também, violência contra todos.

Por isso, é que nós aqui, quando constatamos uma injustiça ou uma violência contra um cidadão, nos rebelamos, nos rebelamos para que essa injustiça ou essa violência não venha recair amanhã sobre nós ou sobre a nossa família.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós ainda assistimos agora o crime que se cometeu contra o Sr. Generoso das Chagas, um funcionário da Prefeitura Municipal.

Os fatos cuja versão é dada pela Polícia Militar de uma forma, a família dá outra forma, sem que se tenha chegado a uma conclusão ou talvez nem se tenha iniciado o inquérito policial militar, já vem a versão, a nota oficial da Polícia Militar, isentando de responsabilidade e desde logo até dizendo que os policiais agiram no estrito cumprimento do dever legal ou então em legítima defesa.

Quer dizer, nem sequer foi elaborado o inquérito, foram feitas as investigações, desde logo já vem afirmando e dando uma versão que isenta os policiais do fato criminoso.

Nós não queremos dizer aqui que aqueles policiais de fato não tivessem praticado o crime no estrito cumprimento de um dever legal ou em legítima defesa, absolutamente, mas entendemos que a nota oficial é precipitada e já é comprometedora do bom andamento do inquérito policial e tememos que esse inquérito policial vá para as "cucuias" como já o foi o inquérito policial que se instaurou para apurar responsabilidades de policiais que assassinaram covardemente um lavrador no Município de Araucária, cujo inquérito policial foi arquivado sem que houvesse uma denúncia para que fosse apreciado pela Justiça.

A quem compete dizer se houve crime ou se não houve, se o cidadão, o agente agiu em legítima defesa ou no cumprimento de um dever legal ou em estado de necessidade.

Mas desde logo, e neste País a autoridade tem a presunção da verdade e basta o criminoso chegar e dizer que cometeu o crime em legítima defesa, desde que seja investido de autoridade, está isento de crime, a sua palavra tem a presunção da verdade.

Sr. Presidente, quero deixar aqui nesta Casa, o meu protesto contra a nota oficial da Polícia Militar que está precipitadamente isentando de responsabilidade os policiais militares que assassinaram com seis tiros um cidadão, funcionário da Prefeitura Municipal, porque este não é um fato isolado.

Como este já aconteceram tantos no Estado do Paraná, sem que tivessem sido responsabilizados os criminosos e por que?

Está aqui a Emenda Constitucional n.º 7 que transferiu para a competência da Polícia Militar, os inquéritos e o julgamento daqueles que cometem crime no exercício das suas funções como policiais e assim ficam eles mesmos, julgando uns aos outros e eu não acredito que seja um julgamento isento de qualquer sentimento de proteção.

Por isso, Sr. Presidente, vou trazer um requerimento a esta Casa na próxima oportunidade, para pedir que se tire da Constituição Federal, o dispositivo que dá competência

para julgamento dos crimes praticados contra civis por policiais, mesmo que estejam no cumprimento de um dever legal.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Todos nós sabemos que o País vive um momento decisivo.

A nossa frente, novamente desponta a possibilidade de escolhermos - depois de um longo período de inverno democrático - os homens que nos governarão.

Mais que um presente do regime que está instalado desde 1964, a volta das eleições diretas é o respeito ao sagrado direito do povo em escolher seus dirigentes.

Mas é com tristeza que ainda não podemos ter total certeza de realização do próximo pleito, precavidos que ficamos, com as sucessivas atitudes governistas que cultuam o casuísmo com mais intensidade que o amor à Democracia, fazendo do povo brasileiro um sofredor do mal do "ismo".

Há prorrogacionismo, há situacionismo, há entreguismo e mais tantos outros "ismos" que não sobra lugar para o patriotismo.

E o que nos preocupa agora são as veladas, mas evidentes intenções de prorrogacionismo dos mandatos dos atuais governadores, mesmo levando-se em conta o propalado anúncio de eleições diretas.

A discussão é em torno da ampliação dos atuais mandatos dos Deputados Federais e Estaduais, que recebeu as interpretações que o assunto merece, mas que nada mais podem ser que uma cortina de fumaça.

Na hora "H" a pedra pode rolar para outro lado e a prorrogação seja do mandato dos atuais governadores biônicos e não dos parlamentares.

Demonstrando intenções de ampliar mandatos na Câmara Federal e Assembleia Legislativa, o Governo estaria sentindo tanto a opinião pública como a Oposição, para saber o melhor caminho que os estrategistas do Palácio do Planalto elaboraram a "tramitação" menos traumatizante do projeto que desembocaria em mais dois anos para os atuais governadores.

Se, realmente, forem comprovadas estas intenções governistas, é necessário que desde já, a Oposição levante a voz para que o casuísmo mais uma vez não seja a tônica dominante da vida política nacional.

O "ismo" não deve ter mais vez.

E sem querermos fazer rima, o continuísmo não é mais tolerável.

O que mudou para o povo brasileiro nos últimos anos? A renda pessoal aumentou? As condições sociais são melhores? A produção é maior? A educação foi aprimorada?

E poderíamos fazer tantas outras perguntas quanto são as necessidades brasileiras, para vermos que tudo ainda está por fazer.

Nada será feito com a continuidade desta atual política governista que enclausura os políticos que estão afastados da realidade popular, envolvidos na procura de fórmulas para se perpetuarem no poder.

Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que fazemos um alerta neste momento, para que nós, da Oposição com o apoio do PTB e do PP que também têm assento nesta Casa de Leis, fiquemos prevenidos contra as verdadeiras intenções de prorrogação, que está na mente dos isolados homens de Brasília.

Ter preocupação neste momento é mais que um dever, é um ato de consciência, como qual o PDS também tem a obrigação de ficar afinado. Afinal, todos somos políticos e todos

nós temos uma responsabilidade com o destino de nosso País.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias falávamos do problema da Polícia Militar e da Polícia Civil. Ultimamente, Sr. Presidente, têm ocorrido uma série de crimes que envolvem especialmente a Polícia Militar. Falávamos das sevícias promovidas por policiais a um jovem bancário de Cascavel. E frequentemente um Deputado, pertencente a esta Casa, tem falado na televisão dos graves crimes praticados contra a pessoa humana, especialmente por policiais militares e a exemplo do que vinha acontecendo com policiais civis.

Há poucos dias, num dos bairros desta cidade de Curitiba, um funcionário público foi abatido, com a maior violência, por policiais fardados da Polícia Militar do Estado do Paraná e que foi objeto de análise do Deputado Lineu Turra há pouco desta tribuna.

Coincidentemente, Sr. Presidente, alguns estudiosos vêm fazendo uma análise das causas geradoras desta violência na Corporação Militar. Estes noticiários que a imprensa local tem destacado, devem ter uma razão especial, porque a maior parte dos crimes bárbaros acontecidos recentemente, aqui no Paraná e, sobretudo em Curitiba, são promovidos por elementos garantidores da segurança pública. E estas ocorrências se verificam com intensidade não só na Capital do Estado, mas também nos grandes centros populacionais, nas cidades de maior densidade populacional do Estado do Paraná.

Fazendo-se uma análise comparativa entre a remuneração, o nível de vida, o nível cultural do pessoal da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado do Paraná, em relação a outros Estados, chegaremos a um flagrante distanciamento que leva os estudiosos a crerem que um dos fatores predominantes da criminalidade na Corporação Policial, é exatamente a baixa renda a que está submetida esta classe de servidores públicos.

Pois bem, Sr. Presidente, esta crônica, a crônica policial, tem registrado uma quantidade respeitável de crimes praticados por homens que deveriam extirpá-los do meio social.

E esses estudiosos, buscando causas, chegaram a uma conclusão, de que, um dos pontos preponderantes, dizíamos nós, desse desajuste, dessa desagregação de comportamento social é o nível de vida, de remuneração, é o baixo salário a que eles estão submetidos.

A causa, então, passa a ser a causa da pressão econômica e da pressão social. E trata-se portanto, de um fenômeno fartamente conhecido pelas autoridades, já que os servidores fardados estão sofrendo esta dupla pressão.

Não vim aqui a esta tribuna resguardar, Sr. Presidente, nem defender a senda de crime que hoje enlameia a Corporação Militar e, muito menos, dar proteção dentro deste Parlamento, a que esta onda de criminalidade se alastre, principalmente nos meios militares. Ao contrário, queremos fazer aqui, Sr. Presidente, um alerta às autoridades constituídas deste Estado, para que observem as razões que elevam o aumento da criminalidade, não na sociedade civil, mas na sociedade militar, hoje.

E dizia que “esses servidores fardados” estão sofrendo dupla pressão, ao lado da baixa renda mensal, estão sujeitos a uma legislação rigorosamente repressiva de comportamento, que força o policial a libertar a sua ira contra os demais componentes da sociedade organizada.

Na busca de melhores condições de vida, os militares se mobilizam para satisfação das necessidades materiais e, tendo em vista que os cargos correlatos da Polícia Civil são, hoje,

melhor remunerados, grandes contingentes da Corporação Militar se habilitam nos concursos públicos, para provimentos dos cargos da Polícia Civil, transferindo-se, desta forma, da categoria fardada para a categoria civil, que tem um melhor rendimento mensal.

Recentemente pode-se verificar que, ao ser anunciado um concurso público para provimento de cargos na Polícia Civil, grande número de militares já se manifestam para poder se habilitar e prestar esse concurso.

É um fato curioso, Sr. Presidente, é que esses Policiais Militares buscam exercer uma atividade do mesmo ramo que exerciam ou exercem o de policiais fardados ao querer se transferir para a Polícia Civil.

Essa procura tem sido feita basicamente por soldados, cabos, sargentos, oficiais subalternos e oficiais intermediários. Entretanto, no escalão superior da Polícia Militar do Estado do Paraná, vale dizer, os oficiais superiores, não auferindo qualquer vantagem nessa transferência, não se mobilizam, não se transferem, não buscam o repasse de uma Polícia para outra.

Comparativamente, Sr. Presidente, um Delegado de 1a. classe e um Coronel, estão, basicamente, no mesmo nível de vencimento, os quais representam os postos mais elevados das carreiras respectivas, militar e civil.

Por outro lado, há que se levar em conta os seguintes fatores: enquanto o 2.º Tenente da Polícia Militar se submete a um concurso de Habilitação na Academia Militar de Guatupê, depois de ter concluído o 2.º grau completo, frequenta um Curso de Formação Profissional, com duração de três anos, em regime de internato. E tendo de frequentar, ali, três mil, oitocentos e quarenta horas-aula.

Já o Delegado de Polícia Civil, que inicia sua carreira na 4a. Classe, deve ter o curso de Bacharel de Direito, submeter-se a um Concurso Público e frequentar apenas 2.760 horas-aula, o que corresponde a uma quantidade, para o policial militar superior a mil aulas de frequência, em comparação com a Polícia Civil.

Então, são aspectos que precisam ser levados em conta no ajuste de remuneração de cada uma dessas categorias.

E poderia o Governo dizer que essa disparidade não existe senão formalmente, ou informalmente, ou psicologicamente. Ela existe na realidade, porque, no fim do mês, tanto o policial militar, quanto o civil, como o homem que trabalha na empresa privada, ou nos cargos públicos dos poderes constituídos do Estado, têm o mesmo consumo de supermercado, de farmácia, de médico, de dentista, habitação, vestuário.

Chega ao ponto de termos que aferir entre uma e outra categoria.

E aí, Sr. Presidente, afora esse aspecto, o 2.º Tenente passa ainda pelo estágio de Aspirante a Oficial, e normalmente, depois de um ano de exercício, nesse posto inicial que é a intermediação entre o oficial e o subalterno: recebe promoção.

Atualmente, na Polícia Militar, há casos de aspirantes que aguardam uma vaga aos postos de 2.º tenente, há mais de dois anos.

Sofrem, então, o peso da legislação específica que, a meu ver confina a pessoa a um regime castrense, e além disso, à pressão da renda mensal, fazendo com que, ultimamente, haja a evasão de policiais formados pela Academia que se transferem para a Polícia Civil, porque, evidentemente, têm maior liberdade de ação, maior nível de vencimento.

Entre o cargo de carreira inicial de Delegado e do Oficial da Polícia Militar, há uma ponderável remuneração. Enquanto o Delegado no início da carreira, o de 4a. classe recebe setenta e oito por cento do de 1a. Classe, o 2.º Tenente da Polícia Militar, ganha cinquenta e um por cento do que recebe um coronel, dos seus vencimentos básicos.

E apenas para elucidar: enquanto um Delegado de Polícia recebe, basicamente, valor superior a oitenta mil cruzeiros

por mês, um coronel recebe em torno de setenta mil cruzeiros básicos por mês.

Além desse comparativo, tem-se que o 2.º tenente ganha menos que o perito policial, menos que o detetive e menos do que o escrivão para os quais são atribuídos sessenta por cento. Cinquenta e três e cinquenta e dois por cento respectivamente do vencimento básico do Delegado de 1a. Classe. Mas há que se revelar aí um fator da mais alta relevância, que é o preparo cultural e intelectual de um e de outro.

Para esses três cargos, o curso exigido é apenas o de segundo grau completo e depois o concurso público de provimento do cargo.

Nestas condições, Sr. Presidente, é legítimo indagar qual a vantagem do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, se deles é exigido o nível de formação especial e superior e se os citados cargos da Polícia Civil são portadores apenas do curso de 2.º grau, além de que se percebem nível salarial superior ao da Polícia Militar, é legítimo perguntar ao Governo, qual o critério orientador da formação e do provimento de um e de outro cargo, se hoje nós sabemos, num regime tipicamente capitalista, só pode freqüentar determinados cursos, uma privilegiada elite cultural e econômica que faz parte da classe média superior da sociedade.

O mais gritante está nos escalões inferiores da hierarquia. Enquanto um soldado da Polícia Militar e do agente de segurança é exigido o curso de primeiro grau completo, e enquanto ao Civil de início dessa carreira, se exige esse mesmo nível, lhe é atribuída a seguinte remuneração: para o agente de segurança, 23 por cento da remuneração do Delegado de 1a. classe. Para o soldado da Polícia Militar, 15 por cento do vencimento básico do Coronel.

Entretanto a defecção se alarga mais no resultado final deste cálculo, porque além do diferencial desta percentagem, há que se ter em conta que o coronel ganha de vencimento básico, a citada quantia inferior ao Delegado de 1a. classe.

Assim também é o critério para formação de cabo, de sargento e mesmo o curso de aperfeiçoamento de Sargentos, para o que, são exigidas pesadas cargas horárias de formação profissional e especialização, habilitando dessa forma esses militares a níveis profissionais correspondentes se não superior ao de mesma categoria da Polícia Militar, porém, com rendimentos mensais substancialmente distantes, diferentes, inferiores ao que recebe a Polícia Civil.

O que se procura demonstrar aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é uma vantagem específica e discriminatória que goza a Polícia Civil. Até pelo contrário, defendemos isso sim, um exame de posicionamentos e de remunerações entre Corporações: - a Militar e a Civil.

É preciso que se diga: a Polícia Civil desfruta hoje de uma remuneração mais ou menos satisfatória em função da luta reiterada que a classe perpetrou nos vários anos que se agrupou, que se reivindicou através de Associações unidas. E mesmo assim, o contingente de Polícia Civil, principalmente, os escalões inferiores da hierarquia da Polícia Civil, não recebe ainda um salário, um vencimento, uma remuneração, compatível com o seu exercício, com o seu desempenho de homens responsáveis pela segurança, tendo em vista que sua vida está sempre exposta ao perigo.

Mas o mais gritante, Sr. Presidente, é que sempre que há uma elevação de salário, o Governo é forçado pela Constituição, a elevar os níveis salariais que se remontam todos os anos e agora praticamente, duas vezes ao ano, quando o Governo instituiu a forma de alterar duplamente o salário durante o mesmo exercício financeiro.

Aí se verifica então, que o policial militar e o policial civil, chegam a esbarrar no preceito constitucional do Governador não poder pagar menos do que o Salário Mínimo, para qualquer servidor público.

Entretanto, é preciso que se diga que na Corporação Militar, os militares estão agrupados e confinados a um regime de código específico e com uma legislação específica de comportamento, que os militares precisam se ajustar sob pena de sofrer punições pesadíssimas e, muitas vezes até, a expulsão. Sr. Presidente, a sociedade hoje, passa por um trauma muito pesado, verifica-se que os maiores crimes são praticados abusivamente pelas autoridades com poder de decisão, com poder de execução de medidas de segurança.

E os estudiosos do Direito são quase unânimes em dizer, e aqui em Curitiba recentemente, houve um simpósio entre os juristas mais afamados da nossa Capital, em que se chegou à conclusão, de que grande parte desta exacerbação criminal, se deve principalmente, por parte dos militares devido à pressão do arrocho salarial e à pressão dos seus Estatutos da Polícia Militar. Mas, basicamente, está ligado ao problema da insatisfação salarial, Sr. Presidente.

Qual o caminho que o Governo deve seguir?

Evidentemente, fazendo contato através dos seus auxiliares imediatos e específicos, nesta área da segurança pública, dialogar com os subalternos, com os oficiais intermediários, com os sub-oficiais, com os graduados e com os soldados. Precisa haver diálogo.

E poderiam também, os agentes que manobram as finanças do Estado, Secretários que manobram a política econômica do Estado, dizer que o Orçamento Estadual não suporta um reajuste adequado, porque a Corporação Militar tem um contingente elevadíssimo e isto pesaria fundamentalmente, no orçamento público do Estado do Paraná.

Ora, Sr. Presidente, sempre que se fala em melhoria salarial, em justiça social, em remuneração em todos os Estados e na Nação brasileira, se esbarra como princípio do orçamento.

A sociedade civil, normalmente, é penalizada com tributos muitas vezes insuportáveis. Esta, Sr. Presidente, é uma das facetas mais indiscutíveis da corrupção na sociedade organizada e por quê?

Na medida em que os comerciantes, os industriais, são penalizados com tributos pesadíssimos, insuportáveis, para o desempenho de seus negócios, evidentemente que buscam fazer a circulação de suas mercadorias por linhas travessas, exatamente para poder fugir do sufoco da tributação e do fisco.

Mas o que tem o funcionário público, seja ele civil ou militar, com esta distorção que está acontecendo no orçamento público, seja do Estado, do Município ou da Nação? O que tem ele a ver com isso?

A nossa posição, Sr. Presidente, é de que as autoridades precisam logo, urgentemente, fazer uma análise, chamar os sociólogos, os juristas e as pessoas que, no dever da busca científica do aperfeiçoamento da sociedade e do comportamento das pessoas, façam um exame completo de toda a situação e busquem novos caminhos, novas fórmulas, alterem o esquema oficializado e oficializante, para poder resguardar a segurança plena da sociedade.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Tolentino, estou acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência, por sinal um pronunciamento com bastante conteúdo, na verdade Vossa Excelência abordou o problema da estrutura de nossa Polícia Militar. Existe uma disparidade, uma falta de formação nos nossos policiais, que é indispensável. Acho que aí se investe como policial o cidadão que não tem condições de outros empregos porque a posição de trabalho dele não é muito eficiente. Então, com menos aptidão, ele vai buscar emprego na Polícia Militar. Infelizmente, é o que está acontecendo.

Mas ainda que isto ocorra, acho que o que falta é o interesse de nosso comando geral da Polícia, Secretário da Se-

gurança, inclusive até do Diretor da Polícia Civil em organizar, para que possam instruir estes policiais antes de colocá-los em atividade.

Vossa Excelência falou bem, que teríamos que dialogar até com os policiais para sabermos dos problemas. E aí está agora o Estatuto da Polícia Militar de muito tempo reivindicado, depois de brigas e até de prisões de oficiais da Polícia Militar, que não somos contra e até muitas vezes quando fizemos a crítica, não foi simplesmente por criticar os policiais. Não entramos no mérito da questão. Porque eles, no exercício da função, às vezes até cometem excessos - todo o cidadão pode cometer um excesso, eles são seres humanos que podem cometer excessos.

O que me rebelou, foi contra esta nota precipitada de Comando Geral da Polícia Militar, querendo já dar uma versão que pode não ser a correta. Assim eles fizeram, estão fazendo neste inquérito, como fizeram naquele do Javorski e concluíram já dizendo que não houve crime. Nunca vi coisa igual. O crime existe, e ele só pode ser declarado o autor do crime, só pode ser declarado isento da pena, sem responsabilidade penal, se forem constatados os requisitos que autorizam absolvição, como na legítima defesa, no estrito cumprimento do dever legal ou estado de necessidade. São requisitos para que o cidadão não seja responsabilizado pelo crime. Isto não foi apurado. As testemunhas diziam uma coisa, basta o criminoso, o autor do crime, que estando investido na função de autoridade, tenha a presunção da verdade, até encontrar provas testemunhais. Basta ele dizer que cometeu o crime desta ou daquela forma e a versão dele é verdadeira. Não adiante testemunhas virem dizer o contrário. É o que está acontecendo aqui e tem acontecido em outros inquéritos.

Veja Vossa Excelência que o interior de nosso Estado está em dificuldades até para conseguir gasolina para as viaturas da Polícia, não há telefone, não há viaturas da polícia.

A cadeia pública está ruindo, como é o caso da cadeia de Palmeiras, há três anos com seus muros jogados no meio da rua. Tantas vezes reivindiquei do Sr. Secretário da Segurança, do Diretor da Polícia Civil, eles fizeram ouvidos surdos para isso, e eu não sei onde vai o dinheiro, no que eles gastam tanto dinheiro, porque os serviços de polícia são uma lástima. Se não é o socorro das Prefeituras, não existe serviço de polícia no interior. Podem andar à solta os bandidos, e o que eles podem fazer mais do que prender um bêbado, e, muitas vezes até, os policiais mais arbitrários, mataram um inocente. Porque eles dizem: "Não, a presunção é de que o policial matou um bandido". Mas é preferível deixar o bandido escapar, fugir, do que matar um inocente, como tem acontecido. "Não, matei porque presumi que era um bandido", como dá a versão da nota policial, como é o caso dos policiais que mataram um cidadão funcionário da Prefeitura Municipal, porque havia a "presunção" de que fosse um mau elemento, um bandido que estivesse praticando delito.

"Presunção", e mataram. Mas era melhor deixar escapar o bandido do que matar um inocente.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de

Vossa Excelência e, apenas para concluir, o Governo do Estado em momento algum poderia dizer que não tem dinheiro, que não há recursos, que não há verbas. Porque o que precisa se verificar é que largas somas de dinheiro estão sendo distribuídas pelo Secretário itinerante. Em São Paulo há o Governo itinerante, no Paraná há o Secretário itinerante, o visitador de municípios, distribuindo verbas para fazer canchas de futebol e outros tipos de canchas e praças, quando, na verdade, o Estado do Paraná precisaria, em primeira necessidade, de mais escolas, de melhor adequação de serviços públicos e melhor atendimentos das forças de segurança, para que a sociedade

paranaense possa se acudir nos momentos de sua apreensão.

E concluo, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: que a grande parte dos policiais militares, especialmente os lotados no DER, a Polícia Rodoviária do DER, não recebeu o PASEP no ano de 1.980. Apenas o dinheiro ficou confinado aos interesses dos cofres públicos e ao bel prazer dos que manejam com o dinheiro público. E esses pequenos servidores de baixa remuneração estão aí a pedir às autoridades constituídas, a liberação da verba que é dinheiro pessoal de cada servidor do Estado do Paraná.

No mais, Sr. Presidente, quero concluir fazendo um apelo ao Governo do Paraná, ao Secretário da Segurança e ao próprio Comandante da Polícia Militar, que prestem mais atenção aos interesses das próprias corporações seja civil, seja militar, mas, sobretudo, neste momento, da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Muito obrigado. E levarei à Mesa o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por designação da Liderança do meu Partido, o PMDB, venho a esta tribuna para dizer o seguinte: (Lê):

"Nos últimos meses o terrorismo de direita passou a fazer parte da vida brasileira.

Primeiro atingiram as bancas de jornais, tentando impedir que a imprensa livre e democrática chegasse às mãos da população.

Mas como disse um anúncio da época, bombas não matam idéias.

E os mesmos assassinos anônimos voltaram-se então para as redações dos jornais alternativos.

Explodiram uma bomba no jornal "Hora do Povo", outra na sucursal do jornal "Tribuna da Luta Operária".

E enviaram suas ameaças a todos os jornalistas de nítida consciência democrática.

Mas isso não foi suficiente para os seus intentos de fazer calar a voz da consciência nacional.

E saíram a atingir personalidades progressistas, democráticas, mesmo as de reconhecida fé e ação cristã, como o jurista Dalmo Dallari, seqüestrado antes da visita do Papa João Paulo II ao Brasil.

Deram tiros no escritório de advocacia de Luiz Eduardo Crunewald e continuaram a ameaçar de morte todos os brasileiros que nestes últimos anos lutaram pela democracia.

Não foi o bastante e nada será o bastante para calar a consciência democrática brasileira.

E os assassinos, os covardes, os anônimos que praticam a violência como sua política, voltaram-se contra parlamentares. Seqüestraram o Deputado Genival Tourinho e não se cansam de enviar ameaças aos parlamentares. Pensam que desta forma calarão este Poder tão debilitado, tão cassado em suas prerrogativas, mas que não abriu mão, por parte dos membros da Oposição, de se constituir numa tribuna livre das denúncias que interessam ao povo e à Nação.

Os assassinos, os covardes, aqueles que só acreditam no poder do arbítrio porque sabem que só o arbítrio lhes permitirá defender interesses tão pequenos, voltaram-se para aquela que foi a instituição que neste País, durante bom período, representou como entidade maior, a luta de todo o povo pela democracia. O atentado contra a Ordem dos Advogados do Brasil vitimou a secretária Lida Monteiro. No mesmo dia explodiu outra bomba na Câmara dos Vereadores do Rio, mutilando um de seus funcionários.

A quem estas bombas, estes atentados, pretendem atingir?

Sabemos, Sr. Presidente, que não se destinam a algumas pessoas, não atentam contra um jornal, uma banca de jornal ou uma instituição qualquer.

Querem os terroristas da extrema direita atingir as conquistas democráticas que o povo brasileiro, com grandes custos, tornou realidade e que ainda são tão pequenas diante da grande aspiração de liberdades que nos caracteriza.

Querem atingir a cada um dos cidadãos deste País, estabelecendo o medo em suas consciências e anestesiando, assim, sua capacidade, seu empenho de luta, pelos seus interesses.

Querem atingir a todas as instituições, desagregar a própria sociedade e decretar a falência do Estado e da Nação. São atos extremos contra a liberdade.

Assemelham-se na essência a todos os atentados que nós, brasileiros, viemos sofrendo nos últimos 17 anos.

A bomba que atinge o jornal ou a banca do jornal para tentar impedir que a informação social tenha livre circulação e que assim seja respeitado o direito de opinião, assemelha-se, na verdade, à lei de imprensa que cumpre o mesmo objetivo.

A bomba que explode na Ordem dos Advogados, assassinando Dona Lida Monteiro, não é diferente de toda a legislação de exceção que retirou de nós, brasileiros, direitos mínimos que são assegurados em qualquer país civilizado e democrático.

Direitos preteridos ainda pela Lei de Segurança Nacional, pelas salvaguardas, pelo absurdo jurídico que permite ao Presidente deste País estabelecer decretos secretos, uma aberração que envergonharia a qualquer dos juristas do III Reich ou de Mussolini.

O tiro que foi desfechado contra o escritório do advogado Luiz Eduardo Greenhalg tem o mesmo objetivo que a impúria lei dos estrangeiros, estabelecida para punir com severidade todos os latino-americanos que aqui estão porque em seus países lutaram pelos mesmos ideais de liberdade.

O sequestro do jurista Dalmo Dallari assemelha-se ao sequestro dos direitos de todos os operários deste País que não têm permissão para se organizar livremente, com autonomia e independência.

Mas todos estes atentados contra nossa liberdade, sejam através do ato covarde que se esconde sob o manto da impunidade, seja através do arbítrio escorado em legislação arbitrária, não serão suficientes para calar nossas consciências, não serão suficientes para levar este povo ao seu destino de democracia.

Sabemos que as ameaças pairam sobre todos nós.

E se agigantam quando se evidenciam suas fontes dentro do próprio aparelho de poder, de Estado, e ali se oculta sob a impunidade.

Este acidente de trabalho no Rio-Center despertou a consciência nacional, erradicou as dúvidas, estabeleceu os nexos desta história de pequenos assassinatos como ação política.

Resta ao Governo, pela sua ação imediata e eficiente, demonstrar como se põem diante de fatos que elevam o grau de desconfiança dos brasileiros sobre sua atitude diante de tais fatos.

A verdade, senhores, é que a omissão, o silêncio, apenas condenam.

E a Nação continua, perplexa, a espera do pronunciamento presidencial sobre problemas tão graves. Sobre uma ação tão estúpida e tão subversiva da tradição de nosso povo.

De nada valem considerações como o terrorismo está na moda.

Não se trata aqui de discutir o tipo de cachorro que preferimos, o pedigree de nossos cães.

Trata-se da vida de brasileiros ameaçados, todos, do assassinato, da violência, da ação vil do terrorismo que procura levar o País ao fracasso para justificar definitivamente sua

origem sanguinária e cruel. Como se fosse possível justificar, perante a história e as consciências, a covardia de quem leva bombas para detoná-las durante uma concentração de caráter popular e democrático em que a música e a manifestação artística eram as armas de que dispunham e que queriam os que clamam pela liberdade.

De nada valem frases de efeito, afirmar a fé democrática, quando continuam os terroristas impunes.

Isto tem o sabor de embuste, tem o sabor de engodo, tem o sabor amargo de traição.

Mas não pensem, Senhores Deputados, que terão sucesso os atentados.

Pergunto-me se tem mais força a bomba assassina-suicida que se pretendia detonar contra os milhares de democratas concentrados no Rio-Center aquela noite ou a própria força de tantos unidos pela liberdade?

Pergunto-me se tem mais força a voz dos cantores que diziam versos à liberdade, à democracia, e clamavam justiça ou a própria bomba.

A bomba suja, a bomba do terror da direita que pretendia interromper o gesto livre do cantor.

Tenho certeza, pela minha formação e pelo que a história ensina, que tem mais força a canção, tem mais força a fé democrática, tem mais força a liberdade.

E um dia ela vencerá.

Contra todos os atentados ela será mais forte.

Contra todas as leis de exceção, ela será mais forte.

Contra todos aqueles que conspiram contra a democracia, a liberdade e o desejo de ser livre de nosso povo será mais forte.

Então a história terá novo curso. E a indignidade será enterrada, os engodos serão do passado, as farsas democráticas serão injuriadas e ergueremos monumentos à Liberdade, à democracia, ficando aos terroristas de hoje, aos arbitrários de hoje, aos assassinos políticos de hoje, as páginas negras de nosso repúdio."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Consulto a Liderança do PTB, se deseja fazer uso de seu horário.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PP.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS' (DECLINA).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, na qualidade de Líder do PDS, indicando os Srs. Deputados que irão substituir o Sr. Deputado Renato Bueno, nas diversas Comissões Técnicas da Casa.— Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a "Sociedade Pestalozzi de Guaíra", com sede e foro na Cidade de Guaíra. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14/81, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a "Associação Representativa dos Usuários Produtores Comerciantes da Ceasa de Curitiba ARUC", com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

dade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/81, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que declara de utilidade pública o “Clube das Violetas”, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado :**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23/81, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública o “Núcleo Social Evangélico de Londrina — NUSELON”, com sede na Cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/81, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Mamborê, com finalidade de consulta à população para a criação do Município de Juranda. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cândido Martins Assis, ocorrido na cidade de Ribeirão do Pinhal, neste Estado. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Fior, ocorrido dia 03 do corrente em Campo Largo. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Angelina Capriglione, ocorrido em data de ontem nesta Capital. **Aprovado :—** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 31/81, que visa doar um terreno à Prefeitura Municipal de União da Vitória. **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Solicito que Vossa Excelência esclareça a este Plenário do que trata o requerimento anterior de regime de urgência do projeto de lei do Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) É o projeto que visa doar um terreno à Prefeitura Municipal de União da Vitória.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando regime de urgência para tramitação do Projeto de Lei n.º 20/80, que concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Cardeal D. Paulo Evaristo Arns. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando regime de urgência para

o Projeto de Lei n.º 73/80, que visa denominar Prefeito Moacir Correa a Rodovia PR-517, trecho que liga Andirá a cidade de Itambaracá. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 30/81, que altera dispositivos da Lei n.º 7.297/81 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado). **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado aos Senadores Afonso Camargo Neto, José Richa e Leite Chaves e ainda à Bancada do Paraná na Câmara Federal, um apelo no sentido de serem atendidas as reivindicações formuladas pela Associação Nacional de Médicos Residentes. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio ao Memorial das Classes Trabalhadoras de Paranaguá, e encaminhado à Câmara de Vereadores daquela localidade, no Dia do Trabalhador. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ao Senado Federal, apelo no sentido de ser acolhida as reivindicações da Associação dos Médicos Residentes. **Aprovado** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, consubstanciado em memorial, após assinado por representantes das entidades de classes do Estado, bem como pela maioria dos Srs. Deputados desta Casa, contendo reivindicações no sentido de que o Paraná seja representado na administração federal, com a nomeação de um paranaense para o cargo de Ministro da Agricultura. **Aprovado :—** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a presença do Sr. Secretário da Indústria e Comércio e do Presidente do BADEP, a fim de prestar esclarecimentos sobre a compra de ações da Volvo do Brasil Motores e Veículos S.A. pelo BADEP. **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação)

7 Srs. Deputados aprovam; 5 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, quarta-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA.

3.^a DISCUSSÃO — dos Projeto de Lei n.º 23/81 e de Resolução n.º 18/81.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 131/80, 02/81, 03/81, 15/81, 30/81 e de Resolução n.ºs 01/81, 02/81, 03/81, 04/81, 05/81, 06/81 e 07/81.

Levanta-se a sessão.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA
BALANCETE DO MÊS DE ABRIL DE 1981

DÉBITO		CRÉDITO
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A AGÊNCIA CENTRO CÍVICO	2.194.442,00	RENDAS DIVERSAS 2.420.687,69
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CONTA POUPANÇA	9.000.000,00	REDA DE CONTRIBUIÇÕES 3.973.270,38
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A CONTA POUPANÇA	6.009.599,65	IMPOSTO DE RENDA NA FONTE 43.983,00
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	17.368.417,45	
VALORES MOBILIÁRIOS	30.000.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO 61.640.620,03
MATERIAL DE CONSUMO	2.390,00	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.950,00	
PENSIONISTAS --	3.412.466,00	
SEGUROS	56.196,00	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	3.476.002,00	
	30.100,00	
TOTAL	68.078.561,10	TOTAL 68.078.561,10

Reconhecemos a exatidão do presente balancete somando a importância de "sessenta e oito milhões, setenta e oito mil, quinhentos e sessenta e um cruzeiros e dez centavos".

a) ARY DOS SANTOS
Contador

a) ANTÔNIO FACCI
Presidente

a) CARLOS JERÔNIMO
ZALORENZI - Tesoureiro